



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
– EDITAL 001/2019 –

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO: DIREITO

DATA: 06/10/2019
HORÁRIO: 08 às 13 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

- ✎ Verifique se este CADERNO contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta e uma **questão discursiva**. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✎ As questões objetivas estão assim distribuídas:
 - DIREITO CONSTITUCIONAL: 01 a 05*
 - DIREITO ADMINISTRATIVO: 06 a 10*
 - DIREITO CIVIL: 11 a 15*
 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 16 a 20*
 - DIREITO PENAL: 21 a 25*
 - DIREITO PROCESSUAL PENAL: 26 a 30*
 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 31 a 35*
 - DIREITO TRIBUTÁRIO: 36 a 40*
- ✎ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✎ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa**.
- ✎ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO, o **caderno de questões e a Folha de Resposta** (Questão Discursiva). A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, marque a opção CORRETA.
- (A) Os direitos e garantias fundamentais estão previstos em lista taxativa somente no art. 5º da Constituição Federal.
 - (B) Os direitos e garantias fundamentais previstos ao longo do texto constitucional não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - (C) Os direitos e garantias fundamentais estão previstos tão somente no art. 5º da Constituição Federal e no capítulo dos Direitos Sociais.
 - (D) Os direitos e garantias fundamentais estão previstos ao longo do texto constitucional, não se restringindo a um artigo ou capítulo específico, mas ficando limitados ao texto formal e expresso da Constituição.
 - (E) No regime constitucional atual, os direitos e garantias fundamentais devem ser analisados com base no direito natural, que se coloca acima do direito positivo.
02. Poderá ser objeto de deliberação, a proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir:
- (A) O Sistema presidencialista de governo.
 - (B) A separação dos Poderes.
 - (C) Os direitos e garantias individuais.
 - (D) O voto direto, secreto, universal e periódico.
 - (E) A forma federativa de Estado.
03. No que concerne aos Tribunais Regionais Federais e aos Juízes Federais, marque a opção INCORRETA.
- (A) São órgãos da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
 - (B) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
 - (C) As sociedades de economia mista têm foro na Justiça Federal, independentemente de a União intervir como assistente ou oponente.
 - (D) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
 - (E) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
04. Com relação ao controle de constitucionalidade, indique a opção INCORRETA.
- (A) No plano internacional, o controle de constitucionalidade possui como marco histórico de sua implementação a célebre decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, no caso Marbury vs. Madison, que reconheceu a possibilidade de o Judiciário não aplicar as leis, quando contrastassem com o teor da Constituição.
 - (B) A Constituição do Império de 1824 não previa sistema de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.
 - (C) O controle de constitucionalidade no Brasil teve início com a Constituição de 1891, de caráter difuso, incidental e repressivo ou sucessivo.
 - (D) A regra do quórum de maioria absoluta para a declaração de inconstitucionalidade foi adotada por meio da Constituição de 1934.
 - (E) O controle abstrato de constitucionalidade, de caráter concentrado, foi adotado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Constituição de 1988.

05. Sobre o fenômeno da “mutação constitucional”, marque a opção CORRETA.

- (A) Refere-se à atuação do poder constituinte derivado reformador, no processo de alteração do texto constitucional.
- (B) É a mudança promovida no significado normativo constitucional, por meio da utilização de emenda à Constituição.
- (C) Diz respeito à alteração de significado de norma constitucional sem que haja qualquer mudança no texto da Constituição Federal.
- (D) Consiste na alteração do texto constitucional antigo por um novo, em virtude de manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte.
- (E) Faz referência a qualquer alteração no texto formal da Constituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. Mévio, servidor dos quadros de órgão público da administração direta, nomeou o noivo de sua filha, Tício, para cargo em comissão no referido órgão. Diante da situação descrita, indique a opção CORRETA.

- (A) A nomeação é legal e legítima, tendo em vista que os cargos em comissão da administração direta e indireta são de livre nomeação e exoneração pela autoridade nomeante.
- (B) A nomeação contraria vedação expressa de norma da Constituição.
- (C) A nomeação é legal e legítima, uma vez que Tício ainda não contraiu matrimônio com a filha de Mévio, razão pela qual ainda não é considerado parente para fins legais.
- (D) A nomeação afronta os princípios norteadores da Administração pública, notadamente os da impessoalidade e da moralidade. Sendo, desta forma, ilegítima.
- (E) Não havendo norma expressa que vede a nomeação do caso sob análise, o referido ato é considerado legal e legítimo.

07. Caio, servidor dos quadros de órgão público da administração direta, tomou conhecimento da ilegalidade de ato administrativo praticado no referido órgão, razão que o levou a comunicar o fato ao seu superior hierárquico. Diante do caso narrado, assinale a opção CORRETA.

- (A) A administração deve acionar o Poder Judiciário, tendo em vista que somente a este declarar a ilegalidade de um ato administrativo.
- (B) A administração deve manter-se inerte, isso porque somente particulares podem acionar o Poder Judiciário para declaração de nulidade de ato administrativo em razão de ilegalidade.
- (C) A administração pode revogar o referido ato por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.
- (D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
- (E) Em que pese a ilegalidade do ato, este não pode ser anulado ou revogado em razão do interesse de terceiros beneficiados pelos seus efeitos.

08. Um Estado da Federação, ao publicar edital de concessão de serviço público, estipulou cláusula para retorno ao poder concedente de todos os bens reversíveis já amortizados, quando do advento do termo final do contrato de concessão. Assinale a opção que indica o princípio que justifica tal previsão.

- (A) Desconcentração.
- (B) Continuidade dos Serviços Públicos.
- (C) Imperatividade.
- (D) Eficiência.
- (E) Autoexecutoriedade.

09. Fúlvio, servidor público, pediu para Tício, auxiliar de serviços gerais do órgão que dirige, efetuar a limpeza do quintal da sua residência. Em face da situação descrita aponte a opção CORRETA.

- (A) Utilizar, em obra ou serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidades públicas não configura ato de improbidade, uma vez que praticado no âmbito privado de relação entre os envolvidos.
- (B) Utilizar, em obra ou serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidades públicas não configura ato de improbidade, isso porque não há, na hipótese, configuração de prejuízo ao erário.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, utilizar em obra ou serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

- (D) Utilizar, em obra ou serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidades públicas constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (E) Utilizar, em obra ou serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidades públicas constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
10. Mévio, empresário, decidiu passar dez anos viajando pelo continente africano a fim de conhecer outras culturas. Ao retornar ao país, é surpreendido pelo fato de que um imóvel de sua propriedade havia sido invadido pelo Município para construção de uma creche. De acordo com a legislação de regência sobre os princípios que norteiam a intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção CORRETA.
- (A) Mévio deve ajuizar uma ação possessória, diante do esbulho cometido pelo Poder Público municipal para reaver sua propriedade.
- (B) Mévio deve aguardar até que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear uma indenização.
- (C) Mévio deve ajuizar uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.
- (D) Mévio nada pode fazer, tendo em vista que o Município adquiriu o bem por meio de usucapião.
- (E) Mévio deve pleitear a anulação da desapropriação, visto que feita sem possibilitar o exercício do direito à ampla defesa e contraditório.

DIREITO CIVIL

11. Conforme estabelece o Código Civil de 2002, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- (A) Os menores de 16 (dezesesseis) anos e os maiores de idade que não puderem exprimir sua vontade e forem submetidos ao processo de interdição, os ébrios habituais, os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
- (B) Os menores de 16 (dezesesseis) anos e os maiores de idade que não puderem exprimir sua vontade e forem submetidos ao processo de interdição, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) Os menores de 16 (dezesesseis) anos e os maiores de idade que não puderem exprimir sua vontade e forem submetidos ao processo de interdição.
- (D) Os maiores de idade que não puderem exprimir sua vontade e forem submetidos ao processo de interdição.
- (E) Os menores de 16 (dezesesseis) anos.
12. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, indique a opção INCORRETA.
- (A) A regra no ordenamento jurídico é a imutabilidade do prenome, razão pela qual o mero desejo pessoal não é motivo justificável para a alteração do prenome.
- (B) É admissível o restabelecimento do nome de solteiro na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge.
- (C) Transexual pode alterar seu prenome e gênero no registro civil mesmo sem fazer a cirurgia de transgenitalização.
- (D) Transgênero pode alterar seu prenome e gênero no registro civil mesmo sem fazer cirurgia de transgenitalização, desde que com autorização judicial.
- (E) Para que seja publicada uma biografia não é necessária a autorização prévia do indivíduo biografado.
13. No que concerne a posse e propriedade, assinale a opção CORRETA.
- (A) A propriedade é considerada um direito fundamental pela Constituição da República e, ressalvada sua função social relacionada à proteção ao meio ambiente, não encontra limites na legislação atual.
- (B) A usucapião é modo originário de aquisição da propriedade, mediante o exercício da posse pacífica e contínua, durante certo período de tempo previsto em lei.
- (C) Sendo a propriedade um direito real, a renúncia não é considerada uma forma de perdê-la.
- (D) O possuidor de boa-fé não tem direito, enquanto a posse durar, aos frutos percebidos.
- (E) Induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

14. Acerca da invalidade dos negócios jurídicos, é CORRETO afirmar:
- (A) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
 - (B) É anulável o negócio jurídico simulado, e não subsistirá o que se dissimulou, mesmo se válido for na substância e na forma.
 - (C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, mas poderá supri-las a requerimento das partes.
 - (D) Nos atos de incapazes, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que cessar a incapacidade.
 - (E) Quando a nulidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente.
15. Sobre o regime de responsabilidade civil disposto no Código Civil, é CORRETO afirmar:
- (A) Pelo regime do Código Civil de 2002 a responsabilização civil, para que haja obrigação de reparar é necessário existência de culpa por parte daquele que causou o dano.
 - (B) O incapaz não responde em hipótese alguma pelos prejuízos que causar, tendo em vista que, na hipótese, a obrigação de reparar é das pessoas por ele responsáveis.
 - (C) Os empresários individuais e as empresas respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação apenas se os tiverem causados por culpa.
 - (D) A responsabilidade civil dependente da criminal, não podendo haver responsabilização civil na hipótese de absolvição criminal.
 - (E) É responsável o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. No que diz respeito à competência no regime do Código de Processo Civil de 2015, assinale a opção CORRETA.
- (A) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência relativa.
 - (B) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.
 - (C) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
 - (D) A competência absoluta poderá se modificar pela conexão ou pela continência.
 - (E) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro de domicílio do réu.
17. Acerca da capacidade processual, é CORRETO afirmar:
- (A) O Município será representado em juízo por seu procurador apenas.
 - (B) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável.
 - (C) O cônjuge não necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.
 - (D) A União será representada em juízo pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.
 - (E) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito.
18. Após ajuizar uma ação contra Tício, Caio decide firmar um acordo que é homologado pelo juízo competente e transita em julgado. Um ano depois, Caio percebe que foi enganado por Tício, razão pela qual acabou sendo prejudicado pela transação homologada. Na hipótese, qual instrumento processual pode ser utilizado por Caio?
- (A) Ação rescisória.
 - (B) Apelação.
 - (C) Pedido de revisão.
 - (D) Embargos de declaração.
 - (E) Ação anulatória.

19. No que concerne ao prazo para manifestação processual nos autos, pode-se afirmar:
- (A) O Ministério Público gozará de prazo simples, em igualdade com as partes, para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
 - (B) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
 - (C) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, mesmo na hipótese de a lei prever prazo próprio para defensoria Pública.
 - (D) O prazo diferenciado para a Defensoria Pública manifestar-se processualmente aplica-se aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.
 - (E) A Advocacia-Geral da União gozará de prazo em quádruplo, para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
20. Foram suprimidos pelo Código de Processo Civil de 2015 os recursos de:
- (A) Agravo de instrumento e Agravo de divergência.
 - (B) Embargos infringentes e Agravo de instrumento.
 - (C) Agravo retido e Embargos infringentes.
 - (D) Incidente de resolução de demandas repetitivas e Agravo retido.
 - (E) Agravo retido e recurso ordinário.

DIREITO PENAL

21. No que concerne à aplicação da lei penal, aponte a opção CORRETA.
- (A) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
 - (B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
 - (C) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, não tendo relevância o local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (D) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - (E) A lei excepcional ou temporária deixa de ser aplicável ao fato praticado durante sua vigência, caso decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
22. Acerca das disposições do Código Penal sobre o crime, indique a opção INCORRETA.
- (A) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
 - (B) O crime considera-se tentado, quando, iniciada a execução, o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
 - (C) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
 - (D) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
 - (E) Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
23. Caio, sabendo que seu amigo Tício possui um celular muito caro, aproveita-se de um momento em que Tício dormia para subtrair o aparelho. No entanto, no momento em colocava o objeto na sua mochila, Tício acordá. Os dois iniciam uma luta corporal, na qual Caio consegue empurrar Tício e fugir com o celular. No dia seguinte, arrependido, resolve devolver o aparelho para seu amigo. Tício entretanto, magoado com os acontecimentos do dia anterior, comparece à sede policial para narrar o caso. Na hipótese, é CORRETO afirmar:
- (A) Poderá ser reconhecida a desistência voluntária de Caio, que só responderá pelos atos até então praticados.
 - (B) A hipótese é de o arrependimento eficaz, havendo exclusão da tipicidade da conduta.
 - (C) Há de ser reconhecido o arrependimento posterior, não sendo afastada a tipicidade da conduta, mas gerando aplicação de causa de diminuição de pena.

- (D) Será aplicável a causa especial de diminuição de pena da reparação do dano.
- (E) Tendo em vista a consumação do crime, a restituição do bem não possui relevância penal, ou seja, não gera qualquer benefício para Caio.
24. Mévio, proprietário de uma sorveteria em Teresina-PI, recebeu de Tício, de boa-fé acreditando ser verdadeira, uma nota falsa de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Posteriormente, tomou conhecimento que a nota era falsa, porém, para não ficar com o prejuízo, restituiu a nota à circulação comprando itens para a sorveteria. Diante da situação narrada, é CORRETO afirmar:
- (A) Ao restituir moeda falsa à circulação, em qualquer hipótese Mévio cometeria o crime, uma vez que admissível na hipótese a modalidade culposa se o agente tiver recebido a moeda, de boa-fé, como verdadeira.
- (B) Embora tenha cometido o crime de moeda falsa, Mévio poderá se beneficiar do princípio da insignificância, uma vez que o STF tem entendimento pacífico da aplicação do aludido princípio aos crimes contra a fé pública.
- (C) Mévio cometeu crime de moeda falsa, não havendo qualquer benefício para sua conduta.
- (D) Mévio cometeu o crime de moeda falsa, porém responderá pelo crime na modalidade privilegiada, em razão de ter recebido a nota de boa-fé, como verdadeira.
- (E) Mévio não cometeu crime, em razão de sua boa-fé.
25. Sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- (B) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- (C) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- (D) Competência para julgar o crime de falsificação do documento é definida em razão do órgão expedidor.
- (E) O caso de uso de documento falso pelo próprio autor da falsificação, configura concurso material de crimes de falsificação e uso de documento falso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. A prática popular de linchamento, por meio da qual se busca fazer justiça com as próprias mãos, sujeita, não raras vezes, a causar danos, as vezes irreparáveis, a inocentes, afronta, principalmente, o princípio do processo penal:
- (A) do juiz natural.
- (B) da paridade de armas.
- (C) do contraditório.
- (D) da verdade real.
- (E) da jurisdicionalidade ou necessidade.
27. A respeito do inquérito policial, assinale a opção CORRETA.
- (A) O sigilo do inquérito policial impede que o advogado tenha acesso aos atos já documentados em inquérito policial.
- (B) A autoridade policial, como regra, deverá identificar criminalmente o indiciado, ainda que civilmente identificado, por meio de processo datiloscópico, mas não poderia fazê-lo por fotografias.
- (C) O vício do inquérito policial, no que tange ao reconhecimento de pessoa, invalida a ação penal como um todo, ainda que baseada em outros elementos informativos, e não somente no ato viciado.
- (D) O inquérito policial não poderia ser instaurado, de imediato, com base em denúncia anônima isoladamente, sendo exigida a realização de diligências preliminares para confirmar as informações iniciais.
- (E) A autoridade policial tem o dever de intimar, previamente, o advogado constituído para os atos de investigação, em homenagem ao contraditório e a ampla defesa.

28. Com base na jurisprudência do STJ, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.
 - (B) Compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.
 - (C) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, mesmo quando ocorrer lesão à autarquia federal.
 - (D) Compete a Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
 - (E) Compete a Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
29. Tício foi acusado de estelionato por, supostamente, ter realizado falsos contratos de empréstimos com idosos. O Ministério Público requereu então a realização de exame grafotécnico para comprovar que a assinatura constante nos contratos era efetivamente de Tício. Na hipótese, é CORRETO afirmar:
- (A) Em razão do princípio da verdade real, que rege o Direito Processual Penal, Tício não pode se recusar a realizar o exame.
 - (B) Caso Tício estivesse sendo acusado do crime de falsificação de documento, a condenação independeria de exame grafotécnico caso outros elementos nos autos comprovassem a autoria.
 - (C) Tício poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico durante todo o processo, porém essa omissão pode ser interpretada como confissão dos fatos narrados na denúncia.
 - (D) Caso Tício estivesse sendo acusado do crime de falsificação de documento, ele teria o dever legal de realizar o exame grafotécnico até o momento de seu interrogatório.
 - (E) O exame grafotécnico possui procedimentos diferentes para hipótese do crime de estelionato em comparação com o crime de falsificação de documento.
30. O julgamento de representou a formação inédita de um tribunal militar internacional para julgar o alto escalão nazista por crimes de guerra e contra a humanidade durante a 2ª Guerra Mundial. O referido tribunal, enquadra-se na caracterização de tribunal de exceção, que é vedado pela Constituição de 1988. O princípio do Direito Processual Penal que impede a criação de tribunais de exceção é:
- (A) do juiz natural.
 - (B) da paridade de armas.
 - (C) do contraditório.
 - (D) da verdade real.
 - (E) da jurisdicionalidade ou necessidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. Constituem princípios e objetivos da previdência social, nos moldes da Lei 8.213/1991, EXCETO:
- (A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
 - (B) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
 - (C) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (D) Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional
 - (E) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.
32. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que:
- (A) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.
 - (B) É devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data do seu óbito.
 - (C) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, ainda que comprovada a necessidade econômica superveniente.
 - (D) É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório.
 - (E) A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

33. Sobre o Benefício de prestação Continuada-BPC, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Consiste no pagamento de um salário-mínimo por mês à pessoa com deficiência ou ao idoso com 65 anos ou mais, desde que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- (B) Trata-se de um benefício de assistência social, que será prestado a quem dele necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- (C) O STF afirmou que, para aferir que o idoso ou deficiente não tem meios de se manter, o juiz está livre para se valer de outros parâmetros, não estando vinculado ao critério da renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo previsto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93.
- (D) Conforme entendimento do STF, o estrangeiro residente no Brasil pode ter direito a esse benefício de prestação continuada.
- (E) Consoante a jurisprudência do STF, o estrangeiro sem residência fixa no Brasil ou o estrangeiro em situação irregular em nosso país também possuem direito ao amparo assistencial.

34. Era muito comum que o segurado, sem requerer administrativamente o benefício previdenciário em um dos postos do INSS, optasse por ajuizar uma ação pedindo a concessão do benefício. A legitimidade dessa conduta foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal. Assinale a opção que NÃO ESTÁ de acordo com o entendimento firmado pelo STF.

- (A) É possível propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário quando o interessado não requereu administrativamente o benefício, mas é notório que, sobre essa matéria, o INSS tem posição contrária ao pedido feito pelo segurado. É o caso das situações em que a matéria está pacificada no âmbito da autarquia por meio de instrução normativa ou súmula administrativa.
- (B) É possível que propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário quando o interessado requereu administrativamente benefício diverso do pleiteado na via judicial.
- (C) É possível propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário quando o interessado requereu administrativamente o benefício, mas o INSS não deu uma decisão em um prazo máximo de 45 dias.
- (D) É possível propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário quando o interessado requereu administrativamente o benefício, mas este foi negado pelo INSS (total ou parcialmente).
- (E) O STF decidiu que, em regra, o segurado/dependente somente pode propor a ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário, se anteriormente formulou requerimento administrativo junto ao INSS e este foi negado.

35. Sobre o benefício da aposentadoria por invalidez, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Será devida ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- (B) Independe de carência nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos.
- (C) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) O STJ tem posicionamento no sentido de que O acréscimo de 25% previsto no art. 45 da Lei 8.213/1991 para a aposentadoria por invalidez pode ser estendido para todas as demais espécies de aposentadoria pagas pelo INSS.
- (E) O STF determinou, de forma cautelar, que não fosse pago o adicional de 25% do art. 45 da Lei 8.213/1991 para outras espécies de aposentadoria que não seja a por invalidez.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. Acerca do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A Constituição da República de 1988 reserva à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária. Razão pela qual o CTN (Lei 5.172/1966), promulgado como lei ordinária, foi recepcionado como lei complementar pela Constituições Federal.
 - (B) Cabe a lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos sobre grandes fortunas.
 - (D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - (E) Cabe a lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
37. No que tange às limitações do poder de tributar, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, EXCETO:
- (A) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - (B) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
 - (C) Cobrar tributos em exercício financeiro posterior ao qual haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - (D) Utilizar tributo com efeito de confisco.
 - (E) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
38. Assinale a opção na qual figurem apenas impostos federais:
- (A) IPI, IPVA e IOF.
 - (B) IPI, IOF e IR.
 - (C) IPI, IOF e ITCMD.
 - (D) IE, II e IPTU.
 - (E) ICMS, IOF e ITCMD.
39. No que tange a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar:
- (A) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
 - (B) Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.
 - (C) Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
 - (D) O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.
 - (E) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
40. Diante da legislação de regência, bem como da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa.
 - (B) Valor da taxa deve estar relacionado com o custo do serviço que as motiva.
 - (C) O ato normativo que revoga um benefício fiscal anteriormente concedido configura aumento indireto do tributo e, portanto, está sujeito ao princípio da anterioridade tributária.
 - (D) O serviço de iluminação pública, entre outras hipóteses, pode ser remunerado mediante taxa.
 - (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO DISCURSIVA

Os bens públicos estão sujeitos a um regime jurídico próprio. A respeito do assunto, discorra sobre as seguintes questões: 1) Quais as espécies de bens públicos e suas definições? 2) Os bens de empresas públicas e de sociedades de economia mista são considerados bens públicos? Justifique. 3) É possível a usucapião de bem público? 4) Qual a característica dos bens públicos que permite ou impede a usucapião? 5) A alienação de bens públicos é possível? Se sim, quais espécies de bens públicos podem ser alienados e sob quais requisitos? Na resposta, além dos requisitos da Lei 8.666/1993, aborde o tema da afetação/desafetação.

EM HIPÓTESE ALGUMA A RESPOSTA SERÁ CONSIDERADA NESTE ESPAÇO

RASCUNHO

RASCUNHO